Vogais efectivos:

Engenheiro José Marcolino Martins Pires, director do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Dr. José Nicolau Nobre Ferreira, técnico superior assessor principal (administração).

Vogais suplentes:

Arquitecto José Alberto Ribeiro Gonçalves, chefe da Divisão de Gestão Urbanística e Ordenamento.

Arquitecta Etelvina Maria Reis Alves, chefe de divisão de Estudos, Projectos, Planeamento e Controlo.

5 — Descrição do conteúdo funcional do lugar a prover — o constante de portaria publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 351, de 29 de Abril de 1987.

6 — Local de trabalho — município de Peniche.

7 — Formalização da candidatura — a candidatura deverá ser formalizada em requerimento dirigido ao presidente da Câmara e dele deverão constar o nome completo, estado civil, data de nascimento, filiação, naturalidade, residência, profissão, habilitações literárias, número, data e serviço do bilhete de identidade, podendo ser entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, até ao termo do prazo, para a Câmara Municipal de Peniche, Largo do Município, 2520 Peniche.

8 — Instrução do requerimento — o requerimento em que é solicitada a admissão ao concurso deverá ser instruído com os documentos comprovativos dos requisitos referidos no n.º 2, podendo, salvo o disposto no número seguinte, ser dispensada a sua apresentação para admissão ao concurso, se o candidato declarar no próprio requerimento, em alíneas separadas, sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontra relativamente a cada um desses requisitos. Os funcionários pertencentes a esta Câmara estão dispensados da apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos que constem do respectivo processo individual.

9 — Documentos de apresentação obrigatória — é obrigatória a junção dos documentos comprovativos da posse dos requisitos invocados e que não constem dos processos individuais dos concorrentes.

10 — Os candidatos, com o requerimento a solicitar a admissão ao concurso, poderão apresentar declarações em que especifiquem quaisquer circunstâncias susceptíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal, as quais só poderão ser tidas em consideração se devidamente comprovadas.

11 — Os critérios de apreciação e ponderação, bem como o sistema de classificação final, constam de actas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

12 — Local de afixação da relação de candidatos e lista de classificação final — será feita nos termos do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

11 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *António José Ferreira Sousa Correia Santos*. 1000307115

CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL**Aviso**

Celebração de contratos de trabalho a termo resolutivo certo para os devidos efeitos e nos termos da alínea *h)* do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, torna-se público que foram celebrados contratos de trabalho a termo resolutivo certo entre este município e os seguintes contratados:

Anabela Natividade Ferreira dos Santos, pelo prazo de um ano, com início em 25 de Setembro de 2006, para a categoria de auxiliar de acção educativa de nível 1 a tempo completo, a remunerar pelo escalão 1, índice 142, da respectiva carreira, a que corresponde a remuneração mensal líquida de € 457,13.

Filomena Ferreira Pereira, Paula Sofia Gomes Gonçalves e Sandrine Lopes Coteiro, pelo prazo de um ano, com início em 25 de Setembro de 2006, todas para a categoria de auxiliar de acção educativa de nível 1, a tempo parcial, percebendo pela respectiva prestação a remuneração mensal líquida a calcular nos termos constantes no n.º 4 do artigo 185.º do Código do Trabalho, por comparação à auferida por trabalhadores a tempo completo integrados na mesma carreira/cate-

goria que auferem, actualmente, a retribuição mensal líquida de € 457,13, correspondente ao escalão 1, índice 142, da respectiva carreira, conforme tabela de remunerações dos funcionários e agentes da Administração Pública, na proporção do respectivo período normal de trabalho semanal.

[Não carecem de visto do Tribunal de Contas, nos termos da alínea *g)* do n.º 3 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

11 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Narciso Ferreira Mota*. 3000218092

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO**Aviso**

Por despacho do vereador dos Recursos Humanos de 19 de Outubro de 2006, foram reclassificados em comissão de serviço extraordinária por um ano:

Jorge Manuel da Conceição Rodrigues (4302), técnico superior de história de 2.ª classe.

Ana Paula Lourenço Ramos (4741), técnico superior da área de recursos humanos de 2.ª classe.

Maria Filomena dos Anjos Morais Alves (6890), engenheiro geotécnico de 2.ª classe.

Maria José de Carvalho Ferreira da Silva (5458), técnico superior de tradução e interpretação de 2.ª classe.

Por despacho do vereador dos Recursos Humanos de 19 de Outubro de 2006, foram reclassificados em comissão de serviço extraordinária por seis meses:

Cidália Maria Jesus Nunes Ribeiro (6383), assistente de acção educativa nível 1.

Maria da Conceição Teixeira Davide (6391), assistente de acção educativa nível 1.

Por despacho do vereador dos Recursos Humanos de 19 de Outubro de 2006, foi reclassificado definitivamente Júlio Adélio Saldanha Pinheiro de Andrade (4638) como técnico profissional de electrotecnia de 2.ª classe.

(Não são devidos emolumentos. Isento de visto do Tribunal de Contas.)

23 de Outubro de 2006. — A Chefe de Divisão Municipal, *Maria do Rosário Pedreira*. 3000217836

Aviso

Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º e do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, aplicável à administração local por força do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, faz-se público que, autorizado por despacho do vereador do pelouro das Actividades Económicas e Protecção Civil de 19 de Outubro de 2006, se encontram abertos e publicados em www.bep.gov.pt, a partir do 2.º dia da data de publicação do presente aviso e pelo prazo de 10 dias, procedimentos concursais de selecção para provimento dos seguintes cargos dirigentes:

Chefe da Divisão Municipal de Fiscalização de Obras Particulares — OE200610/0764;

Chefe da Divisão Municipal de Segurança e Salubridade — OE200610/0762.

23 de Outubro de 2006. — A Directora Municipal de Recursos Humanos, *Maria Norberta Oliveira Moreira Lima*. 3000217907

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVATERRA DE MAGOS**Aviso**

Para os devidos efeitos, torna-se pública a lista de classificação final do concurso externo de ingresso para provimento de um lugar na categoria de técnico superior estagiário generalista, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 6, de 9 de Janeiro de 2006:

Valores

1.º Rui João Hipólito Mendes Silva 14,39
2.º Ivone Carla Saraiva Canavilhas 13,88

	Valores
3.º Ricardo Alexandre Varela Raimundo	13,84
4.º Pedro José Bodião Fernandes da Rocha	13,41
5.º Cláudia Ferreira da Silva	13,38
6.º Jorge André Almeida Gonçalves Guedes	13,24
7.º Luís Miguel Dantas Gonçalves Cruz	13,23
8.º Hugo José Silveira da Silva Pereira	13,01
9.º Conceição da Cruz Pereira Norberto	12,83
10.º Ricardo Jorge Carvalho Pessa de Oliveira	12,81
11.º Ana Margarida Filipe Marques	12,77
12.º Sérgio Manuel Duarte Simões	12,67
13.º Paula Alexandra Alves Gomes	12,61
14.º Daniela do Carmo Filipe da Silva	12,59
15.º Mónica Simões Maurício	12,36
16.º Maria Manuela Martins Gonçalves	12,21

Mais se torna público que, por meu despacho de 30 de Junho de 2006, e ao abrigo da competência que me é conferida pela alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, foi celebrado contrato administrativo de provimento, com o 1.º classificado, Rui João Hipólito Mendes Silva, ao abrigo do disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho.

O candidato deverá apresentar-se para assinar o contrato no prazo de 20 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*. (Isento de fiscalização do Tribunal de Contas, nos termos da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

18 de Julho de 2006. — A Presidente da Câmara, *Ana Cristina Ribeiro*. 1000307094

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DA FEIRA

Aviso de nomeação

Concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de técnico profissional de biblioteca e documentação — especialista principal

Torna-se público que, por meu despacho de 16 de Outubro de 2006, nomeei para o lugar de técnico profissional de biblioteca e documentação — especialista principal Maria Adelina Aires Pinto da Silva, única candidata classificada no concurso em epígrafe, conforme consta da lista de classificação final, notificada à interessada, devendo a nomeada aceitar o novo lugar no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

16 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Alfredo de Oliveira Henriques*. 1000307109

Aviso de nomeação

Concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de engenheiro do ambiente de 1.ª classe

Torna-se público que, por meu despacho de 16 de Outubro de 2006, nomeei para o lugar de engenheiro do ambiente de 1.ª classe Marina Araújo Rodrigues, única candidata classificada no concurso em epígrafe, conforme consta da lista de classificação final, notificada à interessada, devendo a nomeada aceitar o novo lugar, no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

16 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Alfredo de Oliveira Henriques*. 1000307110

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM

Aviso n.º 62/DGRH/SGC/2006

Concurso interno de acesso limitado para provimento de 15 lugares de assistente administrativo especialista, do grupo de pessoal administrativo

Para os devidos efeitos, torna-se público que, pelos despachos n.ºs 201/DGRH/SGC/2006 a 214/DGRH/SGC/2006, da vereadora com competência delegada na área dos recursos humanos, datados de 10 de

Outubro de 2006, foram nomeados para os lugares vagos os candidatos Antónia Maria Branco da Costa Reis Vaz, Cristina Maria Ramos da Silva Gonçalves, Elvira da Conceição Mateus Sobral Rodrigues Rito, Felisbela Maria Nascimento Palma Antunes, Isabel Maria Gonçalves Sobral Lagarto, Maria Eugénia da Rocha Alexandrino da Silva, Maria José Rodrigues de Jesus Marques, Maria Teresa Mateus Pereira, Marta Andreia Batista e Silva Pereira, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Sheila Cristina Mansos Estrela Fragoso, Sílvia Antónia de Jesus, Sílvia Cristina Varela de Matos Sobral e Sofia Maria Quintas Lopes da Fonseca.

Estes candidatos devem aceitar o lugar no prazo de 20 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (O processo não carece de visto do Tribunal de Contas.)

10 de Outubro de 2006. — A Chefe da Divisão de Gestão dos Recursos Humanos, *Maria Guilhermina Vicente*. 1000307092

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

Aviso

Deliberação de redelimitação da área de intervenção objecto de elaboração do Plano de Pormenor de Valdinhâguas e fixação de prazo para formulação de sugestões e apresentação de informações, nos termos dos artigos 74.º, n.º 1, e 77.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 53/2000, de 7 de Abril, e 310/2003, de 10 de Dezembro.

Nos termos do n.º 1 do artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 53/2000, de 7 de Abril, e 310/2003, de 10 de Dezembro, publicita-se que a Câmara Municipal de Sintra deliberou, na sua reunião ordinária de 26 de Julho de 2006, a redelimitação da área de intervenção objecto de elaboração do Plano de Pormenor de Valdinhâguas, abrangendo a área territorial delimitada na planta anexa a este aviso, que dele faz parte integrante e aqui se dá por inteiramente reproduzida.

A redelimitação da área de intervenção objecto de elaboração do presente Plano de Pormenor, que abrange a AUGI Valdinhâguas (104), surge no seguimento da deliberação do executivo camarário de 24 de Outubro de 2001 para elaboração do Plano de Pormenor de Valdinhâguas, tendo sido publicada no apêndice n.º 24 ao *Diário da República*, 2.ª série, n.º 69, de 22 de Março de 2002, através do aviso n.º 2542/2005 e publicitada através do edital n.º 50/2002, de 13 de Fevereiro de 2002, em jornais de âmbito local e nacional, e dos respectivos procedimentos conducentes à sua elaboração, juntamente com a administração conjunta de Valdinhâguas, e com o acompanhamento da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT).

Assim, e por ser parecer da CCDRLVT, a redelimitação deste Plano de Pormenor deverá adoptar a delimitação da AUGI n.º 104, designada Valdinhâguas, tal como classificada através da deliberação de Câmara de 24 de Novembro de 1999 e publicitada através do edital n.º 307/2000, incidindo exclusivamente sobre o artigo matricial rústico n.º 57 da secção V da freguesia de Pêro Pinheiro.

Nos termos do artigo 77.º, n.º 2, do citado diploma legal, torna-se também público que, considerando o direito à participação dos interessados, podem ser formuladas sugestões, bem como apresentadas informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do respectivo procedimento de elaboração, devendo estas ser remetidas para a Câmara Municipal de Sintra, Departamento de Urbanismo — Divisão AUGI, Praça de D. Afonso Henriques, 2710-520 Sintra, dentro do prazo de 30 dias úteis contados da última publicação do presente aviso.

O prazo de elaboração é de 24 meses, contados a partir da data da presente publicação, até à ratificação, registo e publicação do Plano de Pormenor.

E para constar, mandei publicar este aviso e outros de igual teor nos locais habituais, no *Diário da República*, 2.ª série, e ainda em dois jornais de expressão local e num de expressão nacional, conforme dispõe o n.º 2 do artigo 149.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 53/2000, de 7 de Abril, e 310/2003, de 10 de Dezembro.

8 de Setembro de 2006. — O Director Municipal do Planeamento Estratégico e Urbanismo, por delegação de competências, *Luís Ferreira*.